
CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA TEORIA DA HISTÓRIA: A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E HISTÓRIA.

CONTRIBUCIONES MARXISTAS PARA TEORIA DA HISTÓRIA: UNA RELACIÓN ENTRE ESTRUCTURA Y HISTÓRIA.

CONTRIBUTIONS TO MARXIST THEORY OF HISTORY: THE RELATIONSHIP BETWEEN STRUCTURE AND HISTORY.

Bruno Mandelli¹

Resumo: O presente artigo problematiza e debate as concepções históricas de Karl Marx e Friedrich Engels. Em especial procura-se estudar as articulações entre o nível dos acontecimentos e o nível estrutural, que se encontra grande parte do debate teórico. Com base em obras de ambos os autores desde suas primeiras contribuições até as suas obras maduras, procura-se discutir as suas compreensões sobre esse campo do conhecimento.

Palavras-chave: Marxismo; Teoria da História; Dialética.

Resumen: Este artículo discute y debate las concepciones históricas de Karl Marx y Friedrich Engels. En particular, estamos buscando para estudiar las juntas entre el nivel de eventos y nivel estructural, que es la discusión en gran medida teórica. Sobre la base de las obras de ambos autores desde sus primeras contribuciones a sus obras de madurez, tratan de discutir su comprensión de este campo del conocimiento.

Palabras clave: el marxismo; Teoría de la Historia; Dialéctica.

Abstract: This paper discusses the historical conceptions to Karl Marx and Friedrich Engels. In particular we are looking to study the joints between the level of events and structural level, which is largely theoretical discussion. Based on the works of both authors from their first contributions to mature works, we try to discuss their understanding of this field of knowledge.

Keywords: Marxism; Theory of History; Dialectic.

Um dos aspectos de maior dificuldade que se apresenta para quem se propõe a compreender o funcionamento e a dinâmica das sociedades – em particular, da sociedade capitalista – está na complexa relação entre os acontecimentos do dia-a-dia (dos fatos propriamente ditos) e a estrutura sócio-econômica que condiciona a sua dinâmica, ou seja, a dialética contida entre a estrutura e a história.

É diante desse nó que se encontra a problemática da análise do movimento real que Karl Marx e Friedrich Engels se debruçaram durante a maior parte de suas vidas. Desde o início da década de 1840, com seus primeiros estudos sobre a filosofia hegeliana, até a publicação de *O Capital* (a obra de maior profundidade sobre o funcionamento do modo de produção capitalista) que Marx irá desenvolver uma minuciosa elaboração teórica para explicar a estrutura da sociedade burguesa e de sua dinâmica histórica.

Em primeiro lugar, cabe mostrar que os resultados a que Marx chegou não foram frutos apenas de seus estudos teóricos, mas da observação atenta da realidade tal como se apresentava em sua época. O

problema central que estava colocado em suas pesquisas (o seu objeto em movimento) era a gênese, o desenvolvimento e o devir da sociedade burguesa, portanto, em primeiro lugar, uma análise do movimento real da história (Marx, 2008, p. 16).

A conjuntura de sua época foi em um contexto de revolução social. Fazia cerca de meio século que a Revolução Industrial havia explodido na Europa e que a classe burguesa ainda lutava contra os resquícios do feudalismo para consolidar a ordem do livre comércio. Como afirmou Eric Hobsbawm:

O que significa a frase “a revolução industrial explodiu”? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (Hobsbawm, 2010, p. 59).

Se por um lado, o processo de transformação econômica proporcionou uma multiplicação até então desconhecida de forças produtivas – uma acumulação de capital acelerada –, com a produção de mercadorias em escala industrial, por outro, a miséria social iria se alastrar feito um rastro de pólvora por todo o continente europeu gerando a revolta social do incipiente proletariado.

Suas mais sérias conseqüências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha (Hobsbawm, 2010, p. 174).

É diante desse fenômeno de profunda transformação que as reflexões desses dois pensadores brotaram. A profundidade da análise de Karl Marx e Friedrich Engels não partiu do estudo teórico *in abstracto*, da produção de gabinete descolada da realidade de sua época. Pelo contrário, a perspectiva que aderiram foi fruto do engajamento nas lutas dos trabalhadores, com a teoria adquirindo, portanto, uma vinculação com a *práxis*.

Na obra escrita por ambos e dedicada a fazer um balanço crítico da filosofia pós-hegeliana – *A Ideologia Alemã* (1845) - é que se firma com profundidade a concepção materialista da história, e, ao mesmo tempo, demonstra como os filósofos pós-hegelianos não haviam compreendido o movimento real da história, uma vez que “a nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar acerca da relação existente entre a filosofia alemã e a realidade alemã, da relação crítica que fazem com seu próprio ambiente material.” (Marx. Engels, 2007, p. 41).

Portanto, ao abordarem a concepção de mundo segundo a qual os filósofos haviam se movido até então, os autores constatam que os pressupostos segundo os quais esses filósofos se baseavam era no âmbito do “pensamento puro”, descolado de qualquer relação com a condição material de vida dos indivíduos. Essa formulação já havia sido assinalada nas *Teses sobre Feuerbach* (1845), ao afirmar: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, p. 1).

E os pressupostos pelos quais se produziu essa teoria, deixaram de serem pressupostos ideais, arbitrários, dogmas, e passam a ser tornar pressupostos concretos. Para Hegel e seus discípulos² o

movimento do pensamento é o criador da realidade, e esta só existe no cérebro dos indivíduos. Para Marx e Engels, pelo contrário, o movimento do pensamento é o real transposto para idéia, formando conceitos e categorias. Desse modo, os autores superam a herança idealista da tradição hegeliana e começam a construção de uma concepção filosófica do mundo a partir de premissas materialistas da história. A própria teoria deixa de ser o “movimento da razão pura”, para ser o concreto pensado, a reprodução do movimento real pela via do pensamento. É a partir dessa formulação que a teoria passa a ser essencialmente prática.

Os pressupostos com os quais começamos não são dogmas arbitrários, não são nem dogmas, são pressupostos reais, dos quais se pode abstrair apenas na imaginação. Eles são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as encontradas quanto as produzidas através de sua própria ação (Marx, 2007, p. 41).

A primeira premissa da concepção materialista da história formulada pelos autores é a existência de seres humanos vivos. E o primeiro fato a ser constatado é a forma pela qual eles se organizam para produzir e reproduzirem a sua vida, da sua relação com o restante da natureza (Marx, 2007, p. 41). Dessa forma, a partir do modo como os homens produzem a sua existência, e da sua respectiva organização do espaço físico, eles se encontram em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e das suas conseqüentes relações sociais de produção.

Para aprofundar esse aspecto da formulação marxiana – a centralidade do trabalho - teremos de adentrar em uma de suas obras mais complexas, os *Fundamentos para a Crítica da Economia Política*, ou *Grundrisse*. Da elaboração de *A Ideologia Alemã* aos *Grundrisse* se passaram quinze anos de muitos estudos e militância prática. É um período difícil da vida de Marx que passa por um exílio, além de dificuldades financeiras. Porém é também um período muito frutífero, em que se concentra no estudo da Economia Política, além de participar ativamente do movimento revolucionário de 1848-1849.

Marx inicia os seus fundamentos situando o *modo de produção em geral*. A primeira constatação a se fazer na obra do autor é de para este os indivíduos sempre aparecem produzindo em coletivo, isto é, uma produção socialmente determinada. Rejeita, portanto, a construção da filosofia do “homem natural”, como nas lendas do sujeito que vivia e produzia sozinho em uma ilha, como indivíduo a-histórico, desligado de qualquer relação social. Verifica-se, portanto, que:

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior [...] O ser humano é, no sentido, mais literal, um animal político (ser social), não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade (Marx, 2011, p. 40).

Desse modo, as teorias dos economistas políticos e dos filósofos do século XVIII, que tratavam acerca da “essência humana”, da busca do ser humano em seu estado “natural”, aparecem como análises descoladas da construção histórica e das condições materiais de vida encontradas pelos seres que produzem em sociedade. São teorias abstratas na medida em que não conseguem explicar o surgimento de determinadas ideias e categorias, pois as tomam como pressupostos eternos. Sobre isso vemos na *Miséria da Filosofia* (1847), uma argumentação sólida a respeito:

As categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção. O sr. Proudhon, qual um filósofo autêntico, tomando as coisas ao inverso, vê nas relações reais as encarnações desses princípios, dessas categorias que, como nos diz ainda o filósofo sr. Proudhon, estariam adormecidas no seio da “razão impessoal da humanidade” [...] Mas o que ele não compreendeu é que essas relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens, como os tecidos de algodão, linho, etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial [...] Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (Marx, 2009, p. 125).

Após definir esse princípio, o autor debate a determinação estrutural de um modo de produção em geral. Marx considera que todas as épocas têm certas características em comuns, determinações em comum. Como ele próprio afirma: “A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fia o elemento comum, poupando-nos assim da repetição” (Marx, 2009, p. 41).

O fenômeno comum a todas as épocas é precisamente o modo de o ser humano produzir a sua existência que pressupõe sempre a sua própria força de trabalho (ação humana), o instrumental utilizado para produzir (instrumentos de trabalho) e a natureza (a matéria-prima). Esse fenômeno, o *processo de trabalho*, sempre caracterizou todas as formações sociais humanas, por isso é denominado de *modo de produção em geral*. Vejamos como Marx formula essa teoria em *O Capital* (1867):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana (MARX, 2008, p. 211).

Assim, o centro da formulação teórico-metodológica de Marx e Engels está indubitavelmente associado à centralidade do trabalho, enquanto *práxis* humana, modo de produção e de reprodução da existência humana na sua totalidade. Para ambos, o homem é um *ser social* e a sua forma de se relacionar em sociedade resultado da forma que se inserem no *processo de trabalho*. Essa é a orientação essencialmente ontológica do materialismo histórico.

Contudo, essa formulação do movimento comum a todas as épocas não retira a necessidade de se estudar as formações sociais específicas de cada época; caso contrário, perde-se a historicidade da análise, e transforma o ponto de vista da totalidade em um mero determinismo estrutural. Pois o fato de a estrutura econômico-social influir dialeticamente sobre a história, não significa em hipótese alguma (como muitos críticos têm se referido) a um determinismo econômico. Supor que o fato de Marx e Engels terem colocado a produção como o *momento predominante* na análise do *modo de produção em geral* não significa desconsiderar os demais elementos na análise da realidade – que é muito mais complexa-, mas apenas situar dentro da totalidade do modo de produção a esfera segundo a qual se reproduz a condição material

de vida dos seres humanos, a sua própria existência. Como os próprios autores afirmaram:

Mas a nossa concepção de história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc. que lhe correspondem [...] Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo o fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda (MARX, 2010, p. 103-107).

Para se apreender o movimento dialético entre estrutura e história é necessário ter em mente a mediação existente entre o *modo de produção em geral* da formação social específica de cada sociedade – constituída por um determinado estágio do nível de desenvolvimento das forças produtivas, da distribuição, da circulação e do consumo. Com essa noção em mente é importante salientar que a relação dialética que se estabelece entre produção, distribuição, troca e consumo não significam que todos são idênticos, mas são todos momentos dentro de uma unidade.

Desse modo, a estrutura social, modo pelo qual os seres humanos reproduzem a sua existência, está sempre mediada por uma determinada forma histórica de sociedade, pois: “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e *mediada* por uma determinada forma de sociedade” (Marx, 2011, p. 43).

Aqui cabe fazer uma distinção de como Marx apreende o materialismo histórico em face das demais formas de materialismo naturalista existentes em sua época. A afirmação de que para compreendemos o movimento real da sociedade burguesa devemos investigar além das formas políticas, jurídicas, religiosas, ou seja, que devemos investigar a forma pela qual os homens produzem a sua vida, relacionando-se uns com os outros, assim como com a natureza, e que, portanto, a estrutura econômico-social é a base pela qual devemos iniciar a investigação de qualquer sociedade, não permite que relacionemos esse tipo de análise a um determinismo reducionista. Pois o que distingue o materialismo histórico das demais concepções materialistas, é o “lado ativo” pelo que essa história é feita (Mészáros, 2011, p. 29-31).

O que importa para Marx não é a apreensão de um conjunto de forças materiais já dadas pelas quais os indivíduos são somente mais uma parte do todo; pelo contrário, a história não teria qualquer finalidade se os seres humanos fossem vistos somente de maneira passiva, sem qualquer possibilidade de interferir nos processos históricos. A sua concepção materialista da história requer o papel essencialmente ativo dos sujeitos dentro da estrutura social, modificando-a, fazendo a história com um fim necessariamente aberto.

E essa mediação é essencialmente ativa, pois a história humana é um tecido vivo e pulsante, através do qual os seres humanos agem a partir das estruturas sociais já dadas, transmitidas pelo passado, transformado-as, alterando-as, e modificando a si próprio. Como Marx descreveu com extrema clareza em sua análise dos processos revolucionários de 1848 ao golpe de Estado de Luis Bonaparte: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, 2008, p. 207).

Com essa dimensão do “fazer história”, como atividade humana sensível, ou seja, prática, é que se insere o “motor” que leva os homens a um confronto até o presente sem trégua; o modo pelo qual os diferentes agentes tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim: a *luta de classes*. Sobre esse ponto, vale retomarmos o célebre *Manifesto do Partido Comunista* (1848):

A história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto [...] A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas formas de luta. O que distingue nossa época – a época da burguesia – é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais, a sociedade inteira se divide em dois blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado (MARX, 2002, p. 23-24).

É nesse contexto que a história é feita por homens e mulheres que agem na realidade de acordo com a forma de consciência que é fruto do seu processo real de vida. É fundamental para que ocorra uma transformação estrutural da sociedade – na qual socialize os meios de produção - que o modo de produção vigente tenha desenvolvido potencialmente todas as suas forças produtivas até que entre em contradição com as relações sociais de produção vigentes.

Da mesma forma, é fundamental que o proletariado se organize enquanto em *classe para si*, isto é, como classe autônoma, capaz de apresentar uma alternativa estrutural à lógica destrutiva do capital – com a *formação de um bloco histórico contra-hegemônico*. Para a construção desse bloco histórico capaz de fazer frente à lógica destrutiva do capital, é necessária a formação massiva de novos homens e novas mulheres com uma nova consciência, que dediquem as suas vidas a transformação da realidade vigente³; transformação esta que só pode acontecer por um movimento prático que aponte o horizonte de uma transformação radical no domínio do capital.

Conclusão

Ao estudar determinada sociedade histórica, e compreender o movimento real do objeto, sua história, como por exemplo, a formação do capitalismo no Brasil, é necessária pesquisar a fundo as íntimas conexões entre estrutura e história. À *estrutura* constitui a forma pela qual os seres humanos de determinada época produzem as suas condições de existência, sem a qual não poderiam se empenhar em outras atividades humanas como as artes, a política, a religião, etc. Esse modo de produção, por sua vez, é modificado dia após dia pelos próprios seres humanos na sua relação recíproca e com a natureza.

A essas determinadas estruturas sociais se formam outras tantas formas da realidade – as chamadas *superestruturas*: formas jurídicas, políticas, religiosas, etc. – que se relacionam dialeticamente com o modo de produção da vida. Do ponto de vista de uma análise marxista da história não se pode jamais afirmar que a estrutura determine a superestrutura, mas que ambos formam uma totalidade (um *complexo de complexos*) em que um medeia o outro, age reciprocamente de acordo com o momento predominante dentro de cada totalidade. A essa forma de compreender o real, em movimento, é que chamamos de

materialismo histórico-dialético.

Bibliografia

HOBBSAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura*. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2002, pp. 23-24

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: o processo de produção do capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de Consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTIAGO, Silvano (org). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

Notas:

1

2 Em particular Bruno Bauer e Max Stiner.

3 Sobre a necessidade da organização da classe e da transformação da consciência como movimento prático, Marx escreve que: “Tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade”. In: MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de Consciência II: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 37

Recebido em: 26/08/2015

Aceito em: 21/11/2015.